

-----ATA NÚMERO 10/2018-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM OITO DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E
DEZOITO.**-----

-----Aos oito dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto, Bruno Ferreira Martins e Elias Rodrigues Homem de Gouveia. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, a Senhora Luisa Maria Antunes Paolinelli, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira, da Confiança.-----

---Também estiveram presentes nesta reunião, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Sandra Silva e Sandra Machado.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Senhor Presidente felicitou todas as mulheres, lembrando, no entanto, que ainda existem desigualdades na sociedade. A este propósito, referiu: “A violência doméstica e os crimes sexuais ainda têm muita expressão. Noutra campo, as questões salariais divergentes e a participação das mulheres na vida pública, política e empresarial, que ainda não é a ideal, havendo um “handicap” muito grande e que estão relacionadas com questões de educação, culturais, mas também de organização social, já que uma mulher para ser ativa na vida política, em termos de organização familiar, terá que existir uma alteração de mentalidades suportada por uma estrutura legal, referindo a lei da paridade sem a qual não existiriam tantas mulheres na vida política”.-----

-----Ao finalizar a sua intervenção, o Senhor Presidente, deu, de novo, os parabéns a todas as mulheres e em especial à sua mãe.---

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, fez também uma saudação especial a todas as mulheres, afirmando, no entanto, que seria sadio que não fosse necessário

celebrar este dia, o que significa que ainda existe algum caminho a percorrer, referindo que as mulheres presentes representam uma fatia das mulheres com papel ativo no concelho, já que, em sua opinião, mais que nunca, a mulher tem um papel muito importante na sociedade.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou, no âmbito dos programas sociais, mais concretamente no apoio aos medicamentos, o número de apoios que foram solicitados, o número dos que foram concedidos e qual o tempo de espera pela resposta, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, disse que, de momento, não poderia precisar quantos pedidos já teriam sido efetuados, reconhecendo que, atualmente, havia um atraso na resposta. “Antigamente, o tempo de resposta era dado no prazo de um mês, mas desde que foi alterado o regulamento houve um aumento significativo dos pedidos, que resultou também, devido aos poucos recursos humanos nesta área, num atraso, situação esta que já está a ser ultrapassada. Informo ainda que os pagamentos estão a ser realizados com efeitos retroativos à data do pedido”, frisou.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, abordou uma questão que lhe fora colocada por vários funcionários, relacionada com a instalação de uma câmara, no hall de entrada do edifício camarário, mais precisamente na parte superior do relógio de assiduidade, ao que o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu que a colocação da referida

câmara terá como finalidade a segurança na entrada do prédio, encontrando-se direcionada para a receção e não para os funcionários, acrescentando, a este propósito, que os respetivos relógios serão colocados noutra local.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, Jorge Miguel Fernandes, lembrou uma situação já referida anteriormente, da queda de pedras duma escarpa, junto ao número cento e cinquenta e três-B, do Caminho do Palheiro.-----

-----Continuando, alertou igualmente, para a existência de uma escarpa na Rua Conde Carvalhal, na curva abaixo do Restaurante “Zarcos”, - Ponte do Eucalipto, que apresenta fissuras e fendas significativas e com conseqüente queda de pedras, apresentando um risco efetivo para a circulação de pessoas e bens.-----

-----Por fim, questionou o ponto de situação da informação solicitada na passada semana, sobre os pedidos recebidos e analisados, no âmbito do IFFRU.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e no âmbito do Dia Internacional da Mulher, referiu: “Quero aqui lembrar as lutas travadas pelas mulheres, nomeadamente no que diz respeito ao acesso igualitário ao trabalho, às condições laborais e aos avanços civilizacionais relevantíssimos ao longo do século passado e após o “25 de abril”, sendo óbvio, que ainda existem barreiras enormes, mas, hoje, a legislação, está muito mais evoluída, permitindo condições de acesso de forma igual, havendo, no entanto, barreiras culturais e

religiosas que ainda persistem. Esta data tem que ser assinalada e comemorada enquanto se verificarem as desigualdades existentes, enaltecendo porém o aumento significativo da participação na vida pública e política das mulheres, não deixando de referir que pertença a um partido liderado por uma mulher, salientando no entanto e a propósito de uma notícia divulgando que Portugal, em 2016, foi o país que mais divergiu ao nível das desigualdades salariais, ainda existe muito trabalho por fazer”.

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse ter conhecimento que na Rua da Levada de Santa Luzia, junto ao Centro de Apoio à Deficiência Motora, o sistema de escoamento das águas pluviais não estaria a funcionar ou funcionava deficientemente.

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - PESSOAL:-----

----- - **Abertura de Procedimentos Concursais Comuns para o Recrutamento de Técnicos Superiores:** - Foi submetida pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, a seguinte proposta de deliberação:-----

---“Considerando que: 1 - Os órgãos ou serviços podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, podendo o recrutamento ser feito por tempo indeterminado ou a termo e por

procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de acordo com o n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alterada pela Lei 25/2017, de 30 de maio; 2 - O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na disposição que se ocupa da gestão dos recursos humanos em função dos mapas de pessoal (n.º 1 do artigo 4.º), estabelece que o recrutamento é precedido de aprovação do órgão executivo, competindo a este órgão decidir sobre o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal; 3 - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; 4 - O n.º 4 do artigo 30.º da Lei 25/2017, de 30 de maio, que procede à alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe que pode ser autorizada a realização de um procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público; 5 - O Mapa de Pessoal do Município do Funchal para 2018, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal do Funchal na Sessão Extraordinária de 29 de dezembro 2017, sob proposta apresentada pela Câmara Municipal do Funchal na Reunião de 07 de dezembro de 2017, contempla postos de trabalho que não se encontram

ocupados mas que são necessários para que os serviços alcancem as atribuições, as competências e os objetivos fixados; 6 – De acordo com o estipulado no artigo 31º da lei nº 35/2014, de 20 de junho, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária pública de 28 de dezembro de 2017, aprovou nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, as Grandes Opções de Plano e Orçamento da Câmara para 2018, tendo as mesmas sido aprovadas na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 31 de janeiro de 2018, contemplando o orçamento na sua classificação económica 02 – 01010404, o montante de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000,00 €) para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa da Pessoal. 7 - Dando satisfação ao estipulado nos artigos 30º e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com a introdução que lhe foi conferida pela Lei nº 25/2017, de 30 de maio, a orçamentação e gestão de despesas com pessoal foi alvo de despacho do Senhor Presidente da Câmara em 09 de fevereiro de 2018; 8 - O Serviço Municipal de Proteção Civil, a Divisão de Estudos e Estratégia, a Divisão de Mobilidade e Trânsito, a Divisão de Águas e Saneamento Básico, a Divisão de Gestão Urbanística, a Divisão de Conservação da Natureza e Recursos Naturais, a Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos e a Divisão de Recursos Humanos informam, através do levantamento de necessidades de pessoal para o corrente ano, que

é urgente o recrutamento de trabalhadores para os seguintes postos de trabalho: 6 Técnicos Superiores Engenharia Civil; 5 Técnicos Superiores de Geografia; 2 Técnicos Superiores de Proteção Civil; 3 Técnicos Superiores de Psicologia; 4 Técnicos Superiores de Arquitetura; 5 Técnicos Superiores de Educação Física e Desporto; 2 Técnicos Superiores de Engenharia Florestal.

9- De acordo com as informações dos referidos serviços, por altura do levantamento de necessidades de pessoal para o ano de 2018, e para o desenvolvimento de atividades que correspondem a necessidades permanentes dos mesmos, é imperioso proceder ao recrutamento de trabalhadores para estes postos de trabalho, uma vez que o número de trabalhadores que exercem funções nestas unidades orgânicas não são suficientes para que as mesmas possam cumprir e desenvolver as competências e atribuições que lhes estão incumbidas;

10 - O Mapa de Pessoal para 2018 contempla nas atividades técnicas e nos postos de trabalho referidos, as seguintes vagas da carreira geral de técnico superior: Técnicos Superiores Engenharia Civil – 6 vagas a ocupar; Técnicos Superiores de Geografia – 7 vagas a ocupar; Técnicos Superiores de Proteção Civil – 4 vagas a ocupar; Técnicos Superiores de Psicologia – 3 vagas a ocupar; Técnicos Superiores de Arquitetura – 4 vagas a ocupar; Técnicos Superiores de Educação Física e Desporto – 5 vagas a ocupar; Técnicos Superiores de Engenharia Florestal – 2 vagas a ocupar.

11 - A Divisão de Contabilidade e Finanças do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, em

documento datado de 05 de março de 2018, atribuí cabimento para o referido recrutamento. Assim, usando da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que me advém do Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 23 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital n.º 457/2017, da mesma data, venho propor que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo da competência atribuída no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alterada pela Lei 25/2017, de 30 de maio, delibere o seguinte: I - Autorizar o recrutamento por tempo indeterminado e por procedimento concursal, para a ocupação de:

- a) Seis postos de trabalho de Técnicos Superiores Engenharia Civil, habilitados com licenciatura em Engenharia Civil, para exercerem funções no Serviço Municipal de Proteção Civil (2), na Divisão de Águas e Saneamento Básico (2) e na Divisão de Mobilidade e Trânsito (2);
- b) Cinco postos de trabalho de Técnicos Superiores de Geografia, habilitados com licenciatura em Geografia ou Geografia e Planeamento Regional, para exercerem funções no Serviço Municipal de Proteção Civil (2), na Divisão de Estudos e Estratégia (2) e na Divisão de Mobilidade e Trânsito (1);
- c) Dois postos de trabalho de Técnicos Superiores de Proteção Civil, habilitados com

licenciatura em Gestão da Segurança e Proteção Civil, para exercerem funções no Serviço Municipal de Proteção Civil. d) Três postos de trabalho de Técnicos Superiores de Psicologia, habilitados com licenciatura em Psicologia, Psicologia Social e/ou das Organizações, para exercerem funções na Divisão de Recursos Humanos (2) e Serviço Municipal de Proteção Civil. e) Quatro postos de trabalho de Técnicos Superiores de Arquitetura, habilitados com licenciatura em Arquitetura, para exercerem funções na Divisão de Gestão Urbanística (2) e Divisão de Estudos e Estratégia (2). f) Cinco postos de trabalho de Técnicos Superiores de Educação Física e Desporto, habilitados com licenciatura em Educação Física e Desporto, para exercerem funções na Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo. g) Dois postos de trabalho de Técnicos Superiores de Engenharia Florestal, habilitados com licenciatura em Engenharia Florestal, para exercerem funções na Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos (1) e na Divisão de Conservação da Natureza e Recursos Naturais (1). II - Autorizar, que a este procedimento concursal possam concorrer trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, a título excecional, tendo em conta a urgência no preenchimento dos lugares e a especificidade dos postos de trabalho a ocupar”.-----

--- - Intervindo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se as vagas decorreram de necessidades dos serviços e da sua importância em ocupá-las, questionando, no entanto, a

disparidade entre as vagas para vinte e sete técnicos superiores e as vagas para os operacionais, perguntando se serão abertos concursos para esta última carreira.-----

--- - Relativamente a esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, informou que o número de vagas prendem-se com necessidades reais dos serviços, estando identificados na própria deliberação aqui em análise e votação para quais são destinadas estas vagas. Disse ainda que, em termos de vagas para pessoal operacional, “ao nível de vagas para os cantoneiros, já foi aberto o concurso e, neste momento, já estão marcadas as provas para começarem no corrente mês. Os concursos para jardineiros e motoristas serão abertos muito brevemente, estando ainda a decorrer concursos para os cargos dirigentes, sendo estes processos algo morosos devido aos prazos estabelecidos por lei, mas que decorrem das necessidades dos serviços, já que os contextos vão-se alterando e será necessário responder às mesmas. Estas vagas foram já previstas no Mapa de Pessoal, 131 novas vagas, número que poderá aumentar, devido à regularização dos trabalhadores em situação precária”.-----

--- - Por sua vez, e sobre o mesmo assunto, o Senhor Presidente acrescentou que “a Câmara tem necessidades de caráter permanente e face à “Troika” e aos cortes orçamentais, sucedeu precisamente o contrário, já que era obrigatório cumprir com a redução de 2%/ano o número de funcionários e com as aposentações que foram acontecendo havia o impedimento de

contratar novos trabalhadores para os quadros e, em muitos serviços, devido ao número baixo de recursos, foi necessário recorrer aos vários programas de emprego, quer do Governo, quer municipais, mas face às necessidades permanentes é imprescindível colmatá-las de forma a melhorar o serviço público prestado aos munícipes, seja ao nível de técnicos qualificados, seja de operacionais. Referiu ainda que, o volume de trabalho na Divisão de Recursos Humanos tem tido um acréscimo enorme de trabalho, sem qualquer termo de comparação com anos anteriores, havendo dificuldade em dar vazão com celeridade a todos os processos. Lembrou os concursos para dirigentes, a mobilidade intercarreiras, a mobilidade intercategorias, o levantamento de todas as situações para se fazer corretamente o reposicionamento remuneratório, a contratação de novos trabalhadores, a atualização de todo o SIADAP. Por todo este esforço extra que os serviços dos Recursos Humanos têm levado a cabo, o Senhor Presidente aproveitou a oportunidade para deixar uma palavra de agradecimento e reconhecimento aos dirigentes dos Recursos Humanos e aos seus colaboradores pelo trabalho que tem vindo a ser efetuado.-----

--- - Ainda em resposta às questões colocadas pela Senhora Vereadora Rubina Leal, que questionou a entrada de técnicos superiores e não de pessoal operacional, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu a título de exemplo que, ao nível da Proteção Civil, neste momento, havia apenas um técnico

superior afeto a esse serviço, sendo necessário para o efeito mais técnicos especializados. Lembrou ainda que as necessidades e exigências que se colocam às autarquias hoje em dia não são as mesmas que se colocavam há anos, pelo que se tem de gerir adequadamente as entradas de novos recursos humanos, melhorando as suas competências técnicas especializadas. É isso que está a ser feito.-----

--- - Sobre este aspeto, o Senhor Presidente disse que a questão da segurança e proteção civil, e, face ao impacto cada vez maior e mais frequente de ocorrências, há necessidade que a Autarquia se adapte às mesmas para que as respostas dadas sejam mais eficientes e céleres.-----

--- - Intervindo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu que a Câmara com esta “janela de oportunidade” possa recrutar mais pessoas, renovando os quadros, mas terá de haver uma preocupação sobretudo com os colaboradores que estudaram e que aumentaram as suas habilitações devendo serem compensadas por esse feito.-----

--- - Respondendo o Senhor Presidente disse que “no total foram já 75 os funcionários que progrediram, graças à mobilidade intercarreiras ou intercategorias, precisamente devido ao reconhecimento pessoal que foi feito”.-----

--- - Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu também ser importante haver um investimento da Autarquia no pessoal que presta apoio direto às populações, não

podendo haver lacunas, o que ainda sucede, na resposta dada pela Câmara sobretudo ao nível da salubridade.-----

--- - Intervindo novamente, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, realçou que “a gestão dos Recursos Humanos deve ser feita com planeamento e, nesse sentido, em primeiro lugar, foram feitas as mobilidades, porque havia muito pessoal operacional que entretanto melhorou as suas qualificações, iniciando-se um processo de mobilidade intercarreiras que se irá consolidar ao longo deste ano. Só após a conclusão desse processo se puderam aferir com rigor as necessidades ao nível do pessoal operacional. Foi assim que surgiu a abertura de vagas para cantoneiros e jardineiros. Informo que mais tarde serão abertas vagas para pedreiros e serralheiros, por exemplo, áreas onde não só existem poucas pessoas como as existentes estão cada vez mais envelhecidas, tendo mais dificuldade em realizar as tarefas pesadas que se enquadram nestas profissões. Lembro que o balanço social da Autarquia aponta para uma média de idades na ordem dos 50 anos. Referiu igualmente a mais-valia que foi a implementação dos serviços da Medicina no Trabalho, no sentido de que tem permitido reavaliar e reorientar as funções dos trabalhadores com problemas de saúde”.-----

--- - Intervindo, a Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se os funcionários têm sido avaliados pelo SIADAP, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, respondeu afirmativamente pois a lei assim o exige.-----

--- - Tomando a palavra, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, por sua vez, acrescentou: “Esta abertura de vagas vem suprir uma lacuna histórica a este nível, nomeadamente no que se refere a serviços mais técnicos, nomeadamente ao nível do Departamento de Equipamentos e Infraestruturas, que compreende a Divisão de Edifícios e a Divisão de Águas e Saneamento Básico, constatando-se muito trabalho em “outsourcing” para a parte mais técnica, concentrando-se os serviços mais na área da fiscalização, criando um outro problema, da falta de um quadro técnico e capaz de proceder a toda a fiscalização necessária ao nível dos contratos e da sua execução e é esta necessidade que se pretende suprir com a entrada de novo pessoal”.-----

--- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse que “as necessidades que o Executivo identificou e ao serem supridas, fazemos votos que os serviços produzam e melhorem na sua resposta aos munícipes. Relativamente ao défice em áreas operacionais, referidas anteriormente, como os cantoneiros, ou pedreiros, entre outros, quero referir que, durante a campanha eleitoral, visitei alguns centros comunitários e cívicos, verificando o trabalho que é feito ao nível da reabilitação de pessoas, existindo um conjunto de pessoas que frequentam estes centros, que se encontram desempregados, desde serralheiros a pedreiros que poderiam fazer parte de uma “bolsa de saberes” e que serem aproveitados pelo Município para a realização de pequenas obras, pagando e valorizando os trabalho feito por estas

peças e reintegrando-as no mercado de trabalho. A Câmara tem uma responsabilidade social de, nessa ligação com os centros comunitários e cívicos, perceber quais as valências e competências que estas pessoas têm, de forma a permitir a contratação destas para os serviços pontuais, através de um “outsourcing social”.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

2 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Renovação da rede de água potável do Caminho do Lombo – incêndios de 2016” – Prorrogação do prazo de execução:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, conforme solicitado pela firma José Avelino Pinto – Construção e Engenharia, S.A. (procº 9664/2018) e com base na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos - Divisão de Obras Municipais e Conservação, autorizar a prorrogação da execução da obra referenciada em título, pelo período de cinquenta e cinco (55) dias, para além do prazo contratual.-----

----- - **Empreitada de “Limpeza e Reabilitação do Caminho do Reverendo Padre Eugénio Borgonovo – Monte” – Prorrogação do prazo de execução:** - Conforme solicitado pela empresa “Critério de Escolha, Lda.” (procº 10539/2018), adjudicatária da obra acima mencionada, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação da execução da mesma, pelo período de setenta e um (71) dias, para além do prazo contratual, de acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 20/2018).-----

----- - **Empreitada de “Nova Acessibilidade da Vereda da Freirinha” – Plano de Segurança da Obra:** - Em presença da informação da Divisão de Recursos Humanos – Unidade de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (refª 08/DRH/SST/2018), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde da obra, referente à empreitada de “Nova Acessibilidade da Vereda da Freirinha”.-----

----- - **Concurso limitado por prévia qualificação com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia para execução da obra de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro – Abertura de Procedimento:** - De acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 16/JP/DIE/2018), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento por concurso limitado por prévia qualificação com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia (nº 5/DIE/DOMC/2018), para a execução da empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro”, com o valor base de € 770.000 (setecentos e setenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: Duarte Jervis (Presidente); José Pernetá (1º Vogal); Francisco Félix (2º Vogal); Ilídio Américo (1º Vogal Suplente); Bernardo Soveral (2º Vogal Suplente).-----

----- - **Concurso limitado por prévia qualificação com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia para execução da obra de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Rua Dr. Pestana Júnior – Abertura de Procedimento**: - Perante a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref^a 17/JP/DIE/2018), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso limitado por prévia qualificação com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia (n^o 6/DIE/DOMC/2018), para a execução da empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Rua Dr. Pestana Júnior”, com o valor base de € 2.090.000 (dois milhões e noventa mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: Duarte Jarvis (Presidente); José Pernetá (1^o Vogal); Francisco Félix (2^o Vogal); Ilidio Américo (1^o Vogal Suplente); Bernardo Soveral (2^o Vogal Suplente).-----

----- - **Concurso limitado por prévia qualificação com publicitação no Jornal Oficial da União Europeia para execução da obra de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho dos Tornos” – Abertura de Procedimento**: - Em face da informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref^a 18/JP/DIE/2018), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso limitado por prévia qualificação com publicitação no Jornal Oficial

da União Europeia (nº 7/DIE/DOMC/2018), para a execução da empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho dos Tornos”, com o valor base de € 1.860.000 (um milhão oitocentos e sessenta mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor e aprovar as peças processuais, assim como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: Duarte Jervis (*Presidente*); José Pernetta (*1º Vogal*); Francisco Félix (*2º Vogal*); Ilidio Américo (*1º Vogal Suplente*); Bernardo Soveral (*2º Vogal Suplente*).-----

3 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL:-----

----- - **Sindicato dos Professores da Madeira – Isenção de Taxas:** - Acompanhado da informação da Divisão Jurídica (refª 104/DJF/DJ/2018), foi presente o pedido do Sindicato dos Professores da Madeira (S.P.M.) (of. nº 23/fo/2018), solicitando a isenção de taxas municipais pelo uso do Teatro Municipal, no dia vinte e um do corrente mês, destinado à realização dum espetáculo com a Orquestra Clássica da Madeira, integrado na Comemorações do 40º Aniversário daquele Sindicato, tendo a Câmara deliberado deferir, por unanimidade.-----

4 – ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – Pagamento de dívida em prestações: - A Câmara deliberou, por unanimidade, a pedido de Jorge Sá (consumidor nº 258392) (procº 9572/2018), com base no parecer da Divisão de Água e Saneamento Básico (datada de 01/03/2018), aprovar o pagamento da dívida de € 6.060.80 (seis mil e sessenta euros e oitenta centimos), em vinte (20) prestações

mensais e consecutivas, referente ao consumo de água do prédio sito à Rua do Til, número cinquenta e seis (Quinta do Til), freguesia do Imaculado Coração de Maria.-----

REUNIÕES CAMARÁRIAS: - Foi decidido, com a concordância de toda a Vereação, que a próxima reunião camarária realizar-se-á no dia quinze (15) do corrente mês, pelas 10:00 horas, e será pública, atendendo a que devido à celebração da Páscoa, não haverá reunião nessa semana.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 112/2018, afixada nos locais de estilo.